ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS REPARADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

DE UNAI, ARVAU, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE

DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, NA CIDADE DE UNAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS, REUNIRAM - SE AS PESSOAS QUE ASSINARAM A LISTA DE PRESENÇA, COM O OBJETIVO DE CONSTITUIR, UMA ASSOCIAÇÃO COM A FINALIDADE DE DESENVOLVER MEDIDAS, ACÕES, PROJETOS QUE VISEM ASSISTIR E FORTALECER OS SEUS ASSOCIADOS, BUSCAR CURSOS PARA APERFEIÇOAR A MÃO - DE OBRA DE PROFISSONAIS MAIS QUALIFICADOS E AINDA BUSCAR OS MELHORES CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO, A OBTENÇÃO DE PREÇOS MENORES POR TODOS, NA COMPRA DE PRODUTOS, PEÇAS PARA AS OFICINAS, E PRINCIPALMENTE OBTER UM LOCAL APROPRIADO PARA SER O SETOR DE OFICNAS. DE UNAÍ. EM SEGUIDA AS PESSOAS PRESENTES ESCOLHERAM O ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA, PARA PRESIDIR A REUNIÃO E A MIM OSVALDIR PINTO FERREIRA, PARA SECRETARIAR OS TRABALHOS. ABERTO OS TRABALHOS O PRESIDENTE FEZ A LEITURA DA PAUTA DA REUNIÃO, CONTENDO OS SEGUINTES ASSUNTOS: A) FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO B) APROVAÇÃO DO ESTATUTO C) ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES D) ASSUNTOS GERAIS. APÓS A LEITURA DA PAUTA O PRESIDENTE FORMULOU A CONSTITUIÇÃO DE DA ASSOCIAÇÃO REPARADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE UNAÍ, SEM



DANDO PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS, FOI FEIA A LEITURA DO ESTATUTO, QUE FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. A SEGUIR FOI PROCEDIDA A ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, BEM COMO DO CONSELHO FISCAL.

INDICADOS OS NOMES PARA COMPOREM OS ORGÃOS MENCIONADOS, PROCEDEU - SE Á ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, E DO CONSELHO FICAL QUE TERÃO MANDATO DE 02 (DOIS) ANOS, COM INÍCIO AOS 30 (TRINTA) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, E TÉRMINO EM 30 (TRINTA) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE QUE CONSTITUÍDO: DIRETORIA FICARAM ASSIM **EXECUTIVA:** PRESIDENTE: ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA. PORTADOR DO CPF: 826.171.206-00, E RG: Nº 14.539.241, SSP/MG, VICE PRESIDENTE: OSVANDIR RIBEIRO PINTO, PORTADOR DO CPF: 006.818.676-20, E RG: Nº 1794.536, SSP/DF, E 1º SECRETÁRIO: OSVALDIR PINTO FERREIRA, CPF: 339.221.366-72, RG: Nº 1.114.695 SSP/DF, E 2° SECRETÁRIO: REGINALDO PEREIRA DA CUNHA. CPF: 039.500.966-98, RG: Nº 11.106.389 SSP/MG, 1º TESOUREIRO: AGNALDO ALEXANDRE COSTA, CPF: 028.877.916-99, E RG: № 11.082.293 SSP/MG, 2º TESOUREIRO: EDVARDES ROBERTO COSTA, CPF: 728.929.946-91 E RG: №1.237.642 SSP/DF. FORAM ELEITOS AINDA DO CONSELHO FISCAL, A SABER: JAIME DIVINO FERNANDES, CPF: 944.136.466-20, E RG: Nº 7.898.514 SSP/MG, E REGINALDO MARTINS BORGES, CPF: 030.628.366-28 E RG: № 10.030.365. SSP/MG. NILSON PEREIRA DE SOUZA. CPF: 339.249.536-00 E RG: № 1.112.856 SSP/DF, RICARDO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF: 012.491.296-64, E RG: № 14.239.622 SSP/MG, SILVANO LOPES DA SILVA. CPF: 529.182.206-63 E RG: №1.185.482 E O SUPLENTE JOSÉ PEREIRA GONTIJO, CPF: 095.318.586-91, E RG: Nº 5.640.046

07

OS DIRIGENTES ELEITOS TOMARAM POSSE. EM SEGUIDA FOI DELIBERADO QUE A SEDE DA ASSOCIAÇÃO SERÁ NO SEGUINTE ENDEREÇO PROVISÓRIO, RUA VIRGÍLIO JUSTINIANO RIBEIRO № 1346, BAIRRO BARROCA, NESTA CIDADE DE UNAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS. NADA MAIS HAVENDO, O PRESIDENTE AGRADECEU A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS PRESENTES E DEU POR ENCERRADOS OS TRABALHOS DA QUAL EU, OSVALDIR PINTO FERREIRA, SECRETÁRIO, LAVREI E ASSINEI ASSINATURA ESSA QUE SEGUE JUNTAMENTE COM AS PESSOAS QUE QUISERAM SE ASSOCIAR NA ASSOCIAÇÃO, FOLHA ASSINADA POR TODOS QUE FICRÁ ARQUIVADA.

UNAÍ-MG, 30-12-13

PRESIDENTE Adalkata Tringina de Rinjo

VICE PRESIDENTE // // ///

SECRETÁRIO Este Sin Phyto Ferrieu



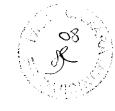
SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS CNPJ: 09.038.982/0001-85 Rua Canabrava, 328 - Centro

Fone: (38)3676-9637 Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira -PROTOCOLO № 33827

REG Nº 1001 - LIV A-27 - PAG 125 Unal, MG, 10 de julho de 2014.

Adelberto Cléber Gonçalves Ferreira - Oficial



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS REPARADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE UNAÍ – ARVAU

R: Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1346, Bairro - Barroca

Unaí - MG - CEP: 38610-000

TITULO |

DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação dos Reparadores de Veículos Automotores de Unaí, também designada pela sigla ARVAU, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Unaí, estado de Minas Gerais, e prazo de duração indeterminado, reger-se a pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º A Associação tem por finalidades:

- I. Desenvolver medidas, ações, projetos, que visem assistir fortalecer os seus associados.
- Buscar cursos para aperfeiçoar a mão de obra dos funcionários e patrões.
- III. Buscar os caminhos para o desenvolvimento, e obtenção de preços menores na compra de produtos e peças.
- IV. E principalmente a obtenção de um local apropriado para ser o setor de oficinas de Unaí.
- V. Interagir e relacionar se com outras entidades congêneres.
- a) Defender as atividades empresariais dentro de uma ordem econômica fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho.
- b) Interagir e relacionar se com outras entidades congêneres;

Art. 3º Para a consecução de suas finalidades, a associação poderá?



II. Celebrar contratos e convênios com pessoas jurídicas públicas e privadas, nacionais e internacionais.





TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 4º A associação será constituída por número ilimitado de associados, não podendo fazer qualquer distinção em razão de cor, sexo, raça, credo político ou religioso.

Art. 5º A associação tem as seguintes categorias de associados:
I – fundadores;

§ 1º Fundadores são aqueles que assinarem a ata de fundação da associação.

II – colaboradores;... – patrimonials;

- § 1º Colaboradores são aqueles admitidos após a constituição da associação, sujeitos ou não a contribuição mensal, por decisão da Diretoria Executiva.
- § 2º Patrimoniais são todos aqueles que, tendo adquirido título de propriedade da associação, mediante proposta de dois associados, em pleno gozo de seus direitos, sejam admitidos, após a aprovação da Diretoria Executiva, ficando sujeitos ou não ao pagamento de uma contribuição mensal.

III - beneméritos.

- § 1º Beneméritos são todas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado ou estejam prestando relevantes serviços para o desenvolvimento da associação.
- **Art. 6º** Para a admissão de associado benemérito será exigido o voto concorde da maioria simples dos presentes à Assembléia Geral, por proposta devidamente justificada pela Diretoria Executiva.

Art. 7º É permitido ao associado solicitar a sua demissão da associação, mediante aviso por escrito ao Diretor Presidente.



CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 8º São direitos dos associados:

I – participar de todas as atividades da associação;

 II – gozar de todas as vantagens e benefícios proporcionados pela associação;

 III – participar das assembléias gerais e extraordinárias, com direito a voz e voto;

IV - votar e ser votado para os cargos eletivos da associação.

Parágrafo único. É facultada aos associados honorários a participação nas assembléias com direito a voz, sendo-lhes vedado o direito de votar e ser votado.

Opcional:

 IV - solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades da associação;

V - utilizar, mediante aviso prévio, toda a infra-estrutura colocada à disposição pela associação;

VI - participar de projetos, estudos, relatórios e demais atividades realizadas em cumprimento a contratos e convênios firmados com terceiros.

Art. 9°. São deveres dos associados:

I - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da associação;

II – cumprir as disposições estatutárias e regimentais:

III – acatar as determinações da Diretoria Executiva;

IV - pagar pontualmente as contribuições mensais;

V – zelar pelo bom nome da associação junto à comunidade.

SEÇÃO I

DAS PENALIDADES

Art. 10. Os associados fundadores e colaboradores estão sujeitos às penalidades sucessivas de advertência, suspensão e exclusão, nos casos de:

I - ausência a três assembléias gerais consecutivas sem justificativas;



- II infringir os princípios éticos que pautam a conduta dos associados dentro e fora da associação;
- III levar a associação à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- IV inadimplência em relação ao pagamento de sua contribuição anual, referente ao exercício anterior.
- § 1º Compete à Diretoria Executiva a aplicação das penalidades de advertência, suspensão ou exclusão do associado.
- § 2º A penalidade de exclusão será aplicada, ouvido previamente o acusado, cabendo dessa decisão recurso à primeira Assembléia, Ordinária ou extraordinária, que vier a se realizar.
- § 3º O recurso deverá ser formulado pelo associado excluído, no prazo de 10 (dez) dias da divulgação da decisão, e terá efeito suspensivo.
- § 4º A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure o direito de defesa e de recurso, pelo voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, com menos de um terço dos associados.
- § 5º Quando o infrator for membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência, suspensão e exclusão, serão aplicadas pela Assembléia Geral.

Obs.: Associados honorários e beneméritos não devem ser incluídos entre os sujeitos a qualquer penalidade.

TÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 11. O patrimônio da associação é constituído de todos os bens e direitos que lhe couberem e pelos que vier a possuir, no exercício de suas atividades, sob a forma de subvenções, contribuições e doações, legados e aquisições, livres e desembaraçados de ônus.

Parágrafo único. A alienação ou permuta de bens, para a aquisição de outros mais adequados, serão decididas pela Diretoria Executiva, com prévia aprovação da Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Art. 12. As fontes de recursos para a manutenção da associação constituir-se-ão de contribuições regulares dos associados, da prestação de serviços contratados ou conveniados com outras





entidades, doações e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, e pelos rendimentos produzidos pelo seu patrimônio.

SEÇÃO I DOS TÍTULOS PATRIMONIAIS

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 13.** A associação tem como órgãos deliberativos e executivos a Assembléia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.
- **Art. 14.** É vedado aos diretores e conselheiros, o recebimento, sob qualquer pretexto, de remuneração, gratificações, superávit ou dividendos, bonificações, participações ou vantagens.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

- **Art. 15.** A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação e fiscalização da associação é constituído pelos associados fundadores e colaboradores, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.
- **Art. 16**. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva ou pelo seu substituto legal, que terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações, e as funções de secretário serão desempenhadas por qualquer dos associados fundadores ou colaboradores *ou* escolhidos por aclamação pelos presentes.

Art. 17. A Assembléia Geral reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente da Associação ou pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal ou por um 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.



Jame

- II As reuniões da Assembléia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocação anterior, com qualquer número, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.
- III Para as deliberações referentes à destituição dos administradores, alteração do estatuto, autorização para a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à associação e dissolução da associação, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.

Art. 18. Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I Aprovar a prestação de contas anual, os balanços, os relatórios de desembolso financeiro e contábil, bem como as operações patrimoniais realizadas no exercício findo;
- II aprovar o orçamento anual e o programa de trabalho proposto pela Diretoria Executiva;
- III eleger os administradores.

Art. 19. Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I - destituir os administradores:

II - alterar o estatuto:

- III autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à associação;
- IV deliberar sobre a proposta de absorção ou incorporação de outras entidades;
- V decidir sobre a dissolução da associação.
- **Art. 20**. A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de (5) cinco dias, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, mediante edital a ser fixado na sede da entidade, e encaminhado aos associados, por via posta contra recibo ou por qualquer outro meio reconhecido legalmente, com pauta dos assuntos a serem tratados.





SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

- **Art. 21.** A Diretoria Executiva é o órgão de execução da associação e será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos por aclamação ou votação, pelos associados presentes na Assembléia Geral.
- Art. 22. O mandato dos diretores será de (2) dois anos, vedada mais de uma recondução consecutiva. (ou, permitida a recondução por mais um mandato, por igual período ou, simplesmente, reconduções por igual período).
- **Art. 23**. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, no caso de impedimento, ausência ou renúnica.
- **Art. 24**. Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, a vaga será preenchida por um associado, fundador ou colaborador, indicado pelo Presidente, que exercerá a função até o término do mandato dos demais membros eleitos.
- **Art. 25**. Os mandatos dos diretores prorrogar-se-ão, automaticamente, até a posse dos que sejam eleitos para sucedê-los.
- **Art. 26.** A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinária e extraordinariamente e suas decisõe serão tomadas por maioria simples de votos, exigida a presença de, pelo menos, dois de seus diretores, além do Presidente.

Parágrafo único. As decisões são tomadas por mairoria dos votos, cabendo ao Presidente o direito ao voto de qualidade.

- Art. 27. Compete a Diretoria Excutiva:
- I elaborar e aprovar a prestação de contas e o relatório anual de atividades, para encaminhamento ao Conselho Fiscal;
- II estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes (quando houver);
- III administrar as instalações e o patrimônio, zelando pela sua sua manutenção;
- IV elaborar e executar o orçamento anual;
- V efetuar os registros dos fatos econômicos e financeiros;
- VI executar as decições da Assembléia Geral;

- Jame

VII - cumprir e fazer cumprir o estatuto.

Art. 28. Na elaboração da prestação de contas, devem ser observados os Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 29. O relatório anual de atividades, com a prestação de contas do período, deverá ser apresentado ao Conselho Fiscal, até o dia 31 de março de cada ano, a fim de receber parecer conclusivo. Parágrafo único. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação referida no caput deste artigo, o Conselho Fiscal deliberará e emitirá parecer, encaminhando-o à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 30. Compete ao Presidente:

- I representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II coordenar as atividades dos diretores adjuntos;
- III assinar, em conjunto com o Tesoureiro quaisquer documentos relativos a movimentação financeira, ordens de pagamento, cheques, contratos e convênios;
- IV designar auxiliares para funções específicas;
- V convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

Art.31. Compete ao Vice-Presidente:

- I substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II auxiliar o Presidente em suas atribuições.

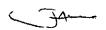
Art. 32. Compete ao Secretário:

- I secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e redigir as atas;
- II coordenar as ativdades de secretaria;
- III substiuir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 33. Compete ao Tesoureiro:

- I coordenar as atividades da tesouraria;
- II arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos;
- III elaborar o relatório financeiro mensal;
- IV elaborar, semestralmente, o balancete;
- V manter, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI substituir o Secretário, em suas faltas ou impedimentos.





SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

- **Art. 34.** O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é constituído por 3 (três) membros efetivos e 1 (um) suplente, sendo associados em pleno gozo de suas prerrogativas estatutárias, eleitos pela Assembléia Geral, permitida apenas uma recondução.
- § 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coíncidente com o mandato da Diretoria Executiva;
- § 2º Ocorrendo o afastamento provisório de qualquer um dos conselheiros titulares caberá ao suplente substituí-lo, até o fim do mandato para o qual foi eleito.
- § 3º Em caso de afastamento definitivo de qualquer um dos conselheiros, a vaga será preenchida por um associado indicado pelos demais membros do Conselho Fiscal, até o término do mandato dos conselheiros eleitos.

Art. 35. Compete ao Conselho Fiscal:

- I escolher, em cada reunião, um dos membros para dirigir os trabalhos;
- II examinar e opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- III opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- IV examinar o balanço anual, a prestação de de contas e o relatório anual de atividades, emitindo parecer a ser submetido à Assemléia Geral;
- V propor à Diretoria Executiva a convocação e reunião conjunta, a fim de tratar de assuntos julgados relevantes.

TÍTULO V

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 36. No caso de dissolução da associação, a Diretoria Executiva procederá a liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas, e todos os demais atos de disposições que estime necessários.



James

Art.37. Dissolvida associação, o remanescente do seu patrimônio
Líquido será destinado à ASSOCIAÇÃO DOS REPARADORES DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES DE UNAÍ — UNAÍ, por tratar-se de entidade
De fins não econômicos.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 38. Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da associação.
- **Art. 39**. A associação poderá ter um regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.
- Art.40. A associação não tem finalidade lucrativa, não distribui dividendos Nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas, bem como aplica integralmente no território nacional suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, exclusivamente, manutenção e desenvolvimento das finalidades institucionais.
- Art.41. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- Art.42. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e Ratificados ou não pela Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, Que se seguir à decisão tomada, ficando eleito o foro da comarca de Unaí/Minas Gerais, para sanar possíveis dívidas.
- Art.43. Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

______, ____de ______de 2014

plan llor & Turelno de Jane

JAIME LUIZ LORO/

OAB/MG nº 138.226



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SERVIÇO OE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS CNPJ: 09.038.982/0001-85 Rua Canabrava, 328 - Centro Fone: (38)3676-9637

Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira PROTOCOLO Nº 33829
REG Nº 1001 - LIV A-27 - PÁG 130 -AV Nº 2

Unal, MG, 10 de julho de 2014.

Adalberto Cleber Gonçalves Ferreira - Oficial

Emolu 175,29 131,88 43,41







Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA						
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.183.458/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DE ABERTURA 10/07/2014		
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO DOS REPARA	DORES DE VEICULOS AUTOMOT	FORES DE UNAI				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM ARVAU	E DE FANTASIA)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATMIDADE 94.99-5-00 - Atividades associ	ECONÒMICAPRINCIPAL Ciativas não especificadas anterio	rmente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATMOADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVA						
LOGRADOURO R VIRGILIO JUSTINIANO RIBEIRO NÚMERO 1346						
	ROIDISTRITO RROCA	MUNICIPIO UNAI			uf MG	
ENDEREÇO ELETRÓNICO CV@CVL1.COM.BR		TELEFONE (38) 3676-1539				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (E	FR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/2014				
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL						
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPECIA	u.	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 17/11/2015 às 09:37:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Cadastro Sincronizado Nacional



FCPJ

Eventos

Evento

Data do Evento

101 - Inscrição de primeiro estabelecimento

10/07/2014

Identificação da Pessoa Jurídica

Número do CNPJ

Nome Empresarial (firma ou denominação)

ASSOCIAÇÃO DOS REPARADORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DE UNAI

Natureza Jurídica

Capital Social

3999 - Associação Privada

Título do Estabelecimento (nome de fantasia) **ARVAU**

Dados do Órgão de Registro Órgão de Registro

Cartório

Número de Registro no Cartório

REG. 1001-LV A-27-PAG.125

Ente Federativo Responsável

Tipo de Estatal (Dependência Orcamentária)

Atividade Econômica

Código CNAE Principal

94.99-5/00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

Desdobramento da CNAE Principal

CNP3 do Administrador

CNAE Secundária

Código CNAE Secundária

Desdobramento da CNAE Secundária

Não há Itens

Tipo de Unidade

Unidade Produtiva

Forma de Atuação 1 Estabelecimento Fixo

Objeto Social

Descrição do Objeto Social

ASSOCIACAO.

Endereço da Pessoa Jurídica

CEP

RUA

38610000

Tipo de Logradouro

Logradouro

VIRGILIO JUSTINIANO RIBEIRO

Bairro BARROCA

Distrito

Município

UF

UNAI

MG

Número

Complemento

1346

Referência

Dados para Contato

Correio Eletrônico CV@CVL1.COM.BR

Caixa Postal

CEP da Caixa Postal

Identificação do Representante da Pessoa Jurídica para este ato de cadastro

Identificação da Pessoa Física Representante

Nome do Representante da Pessoa Jurídica

ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA

CPF 826.171.206-00

Qualificação do Representante da Pessoa Jurídica

16 - Presidente

Identificação do Preposto

Endereço do Representante

CEP

38610000

Tipo de Logradouro

Logradouro

RUA

JOSE MARCIANO PINTO

Bairro

Distrito

LOT. RIO PRETO

Municipio UNAI UF MG

Número

Complemento

348

DDD

Telefone 36761539

0XX

DDD

FAX

0XX 38

Correio Eletrônico

CV@CVL1.COM.BR

Porte da Empresa

Porte da Empresa Demais

Contabilista

Classificação CRC

UF CRC

SEQ CRC

Tipo CRC

CPF/CNPJ

Nome/Nome Empresarial

Responsável pela Organização Contábil

Classificação CRC

UF CRC

SEQ CRC

Tipo CRC

CPF

Data do Registro no CRC

Dados da Identidade

Número de Identidade

Órgão Emissor

UF Emitente

Data de Emissão

Permanência de Livros Fiscais em

Escritório de Contabilidade

Opção por Livros Eletrônicos

Opção por Documentos Eletrônicos

Indicador de Utilização de Processamento

Eletrônico de Dados

Indicador de Utilização de ECF

Endereço do Contabilista

CEP

Tipo de Logradouro

Logradouro

Bairro

Distrito

Município

UF

Número

Complemento

Correio Eletrônico

OSA

Dados Gerais

Lista de Sócios/Administradores

Número

CPF/CNPJ do Sócio/Administrador Nome (pessoa física) / Nome Empresarial (pessoa

juridica)

826.171.206-00

ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA

1 - ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA

CNPJ/CPF: 826.171.206-00

Identificação do Sócio/Administrador

Natureza do Evento

Data do Evento do Sócio

1 - Entrada de sócio/administrador

10/07/2014

Qualificação do Sócio/Administrador

16 - Presidente

Participação no Capital Social Total %

Valor da Participação no Capital Social

R\$

País

Data de Início de

Mandato

Data do Término do

Mandato

Descrição do Cargo de Direção

Órgão de Classe

Número de Registro no Órgão de Classe

Uso da Firma do Administrador

CPF dos Administradores que usam a firma

Dados da Identidade do Sócio

Número de Identidade /

Passaporte

Órgão Emissor

UF Emitente

Data de Emissão

Nacionalidade

Data de Nascimento

Dados do Órgão de Registro do Sócio

Órgão de Registro

Número de Registro no Cartório

Número do CNP3

Endereço do Sócio

CEP

38610000

Tipo de Logradouro RUA

Logradouro

JOSE MARCIANO PINTO

Bairro

LOT. RIO PRETO

Município UNAI

UF MG

Número

Complemento

348

DDD

Telefone

DDD

38

FAX

OXX

36761539

0XX

Correio Eletrônico CV@CVL1.COM.BR

Endereço de Correspondência

CEP 38610000

Tipo de Logradouro

RUA

Logradouro VIRGILIO JUSTINIANO RIBEIRO

Bairro

BARROCA

UF

Distrito

Município

UNAI

Número

MG Complemento

1346

Referência

Caixa Postal

CEP da Caixa Postal

Preparak página para koprasa as

O conteúdo da fls. n.º 22 não pode ser divulgado por força de vedação leg	ral contida no
inciso IV do artigo 32 da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.	

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - UNAI - MINAS GERAIS Av. Governador Valadares, 3757, Beia Vista - CEP-38.610.000 CNPJ-25.838.855.0001-17 - Telefones: (38) 3676 1521 - 3676 4435 www.saaeunai.mg.gov.br - saae@saaeunai.mg.gov.br

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA MES/ANO: 09/2014 RUA JOSE MARCIANO PINTO, 348, 38610-000, LOT.RIO PRETO UNAI-MG ROTA: A-10-810 NR GUIA 20515082014-3 CATEGORIA/QUANTIDADE 1-RES: COD. LIGACAO 20515-3 ID ELETRONICO:310205150A DESCRICAC VALOR TARIFA DE AGUA 32,45 TARIFA DE ESGOTO 17,85 CONSERVAÇÃO DE HIDROMETRO 0,45

MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO 06/2014 07/2014

PERIODO DE CONSUMO VENCIMENTO. VALOR A PAGAR 05/08/2014 B 04/09/2014 01/10/2014 R\$ 54,23 LETTURA ATUAL CONSUMO REAL CONS. FATURADO LEITURAANTERIOR MEDIA 984 1004 20 20 22 NR DO HIDROMETRO VAZAD DATA DE INSTALAÇÃO DIAMETRO A09N518698 3 1/2 24/03/2010 OCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES MES CONSUMO NR DIAS MEDIA 08/2014 22 32 0.69 07/2014 0,65 20 31 06/2014 23 29 0.79 05/2014 31 32 0,97 04/2014 25 28 0,89

MENSAGEH ATE A DATA 02/09/2014 NAO CONSTA PAG. DAS CONTAS 08/2014 - 07/2014 - 06/2014 - 05/2014 SOMANDO UM DE BITO TOTAL DE R\$ 264,15

3,48

QUALIDADE DA AGUA DISTRIBUIDA PERIODO DA ANALISE E PARAMETROS ANALISADOS

PARAMETRO UNIDADE TOTAL DE ANALISES VALOR MEDIO REALIZADAS DETECTADO

FAVORAUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO

VIIP

ADALBERTO TEIXEIRA DE FARIA RUA JOSE MARCIANO PINTO, 348. 38610-000, LOT RIO PRETO UNAI-HG

ROTA: A-10-810

MES/ANO: 09/2014 NR GUIA 20515092014-3 CATEGORIA/QUANTIDADE

1-RES;

COD. LIGACAD 20515-3 **VENCIMENTO**

10 ELETRONICO:310205158A

VALOR A PAGAR R\$54.23

01/10/2014 82660000000-2 54230093201-0 41001000002-5 05150920141-7

